

Muita terra e pouco dono. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil

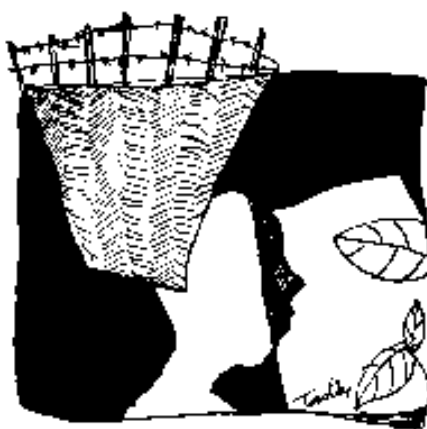
Por Angela Mendes de Almeida*

Como complemento do projeto neoliberal posto em prática nos sucessivos governos de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, a sua política para o campo tem sido um contínuo reforço do histórico e tradicional latifúndio brasileiro. Em documento recentemente publicado¹, o MST descreve essa política como uma tentativa de aplicação de um “modelo norte-americano”: estímulo à implantação de grandes fazendas de grãos, sobretudo no Centro-Oeste do Brasil, visando à exportação; oligopolização do mercado interno agrícola por parte das grandes agroindústrias, na maioria multinacionais; abandono da pequena agricultura familiar, com exceção de um pequeno número de estabelecimentos rurais ligados diretamente às agroindústrias.

Por trás de uma retórica que mal dissimula sua verdadeira intenção meramente propagandística, o governo FHC (como o chamam os brasileiros) continua dizendo, sem muita convicção, que foi quem que mais fez avançar a reforma agrária, na medida em que desapropriou 14 milhões de hectares de terra, o que equivaleria ao território de três Bélgica. Só que durante esse mesmo período, apenas cerca de 3.065 fazendeiros se apropriaram de um território muito maior, 93 milhões de hectares (um deles, uma empresa construtora, tendo abocanhado sozinha 4 milhões). Essa apropriação foi sobretudo feita pelo conhecido processo, tradicional na história brasileira, de “grilagem”².

O governo vangloria-se também de ter assentado mais de 300 mil famílias em mais de 12 milhões de hectares, constituindo isso a sua reforma agrária. Boa parte desses supostos assentamentos nada mais são do que a legalização de terras de “posseiros”, pessoas que, quando ainda havia uma fronteira agrícola para avançar, nas regiões Norte e Centro-Oeste, tomaram posse de terras do Estado mas não se deram ao trabalho de forjar falsos títulos de propriedade.

* Professora aposentada, Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (C.P.D.A.), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



Enquanto esses dados são lançados como propaganda governamental, o que se sabe é que nos últimos dez anos desapareceram 942 mil estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares. Pelos dados atuais do Atlas do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) dos 3.114.898 imóveis rurais cadastrados, ocupando uma área total de 331.364.012 hectares, 62,2% - constituídos de minifúndios - ocupam apenas 7,9% dessa área, enquanto 2,8% - os latifúndios - ocupam 56,7% da área total. Esta é a estrutura fundiária que o Brasil tem hoje, que estruturalmente em nada difere da que sempre teve desde os primórdios da colonização portuguesa.

A dualidade de intenções do governo em relação ao tratamento da política agrícola está expressa na existência de dois Ministérios. Um deles, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, trata da pequena propriedade, dos créditos para ela e dos conflitos de terra que se sucedem invariável e independentemente da presença ou não de movimentos organizados como o MST, a CONTAG e outros. É um ministério tido como voltado para as questões sociais, vale dizer, questões menores para esse governo, questões cuja resolução parcial é feita a conta-gotas e apenas na medida de necessidades impostas por conflitos e manifestações. O outro, o Ministério da Agricultura, cuida exclusivamente da grande propriedade, dos latifúndios

modernizados e voltados para a exportação. E foi este Ministério, e seu respectivo ministro, Pratin de Moraes, que foram convidados a fazer parte da delegação brasileira que iria defender “os interesses brasileiros” na frustrada Rodada do Milênio, que afinal não se abriu em Seattle, em novembro de 1999. Para defender esses interesses o governo brasileiro se enfeudou ao “Grupo de Cairns”, capitaneado pela Austrália, congregando grandes proprietários de terras com agricultura mecanizada ou criação de gado em larga escala. Os “interesses brasileiros” foram portanto reduzidos aos interesses da minoria de proprietários de latifúndios com perspectivas de exportação.



Nessas circunstâncias é fácil compreender porque o campo brasileiro é um barril de pólvora. Desde a instalação dos governos democráticos, em 1985, foram recenseados pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja católica, 7.843 conflitos, dentre os quais 4.866 diretamente ligados à luta pela posse da terra. Ocorreram também, nesse período, 1.169 assassinatos de agricultores, sindicalistas, advogados e religiosos, que se traduziram em apenas 56 julgamentos e apenas sete condenações. A certeza da impunidade e a “meia-cegueira” da justiça local, que só enxerga os

interesses dos mandantes dos crimes e dos grandes proprietários, é um constante estímulo, não houvesse outros, para que a violência continue. A ilustração talvez mais escandalosa dessa impunidade foi o julgamento do massacre de Eldorado de Carajás, em agosto de 1999, no qual foram mortos 19 agricultores sem terra. Sob o indecoroso argumento de terem atirado em legítima defesa, os policiais militares foram absolvidos³.

Essa notória preferência do governo pela grande propriedade com vistas à exportação têm sido defendida por alguns de seus áulicos, setores justamente ligados à ação do Ministério da Agricultura, como a única via condizente com a globalização. Segundo esse ponto de vista, a pequena propriedade seria coisa do passado, ultrapassada, sendo que a incrível desigualdade da estrutura fundiária constituiria um pré-requisito importante que o Brasil já teria para entrar na modernidade agrícola. Nesse aspecto, ao contrário de outros em que o neoliberalismo argumentava ter que superar obstáculos e entraves à modernidade, o país já estaria - subentende-se, desde sempre, desde a instalação dos portugueses - preparado para receber a grande propriedade agrícola mecanizada.

Já em relação ao universo dos direitos trabalhistas e à situação do aparelho de Estado, que com todas as suas enormes deficiências, havia sido montado para servir o público, o governo FHC encontrou em seu caminho muitos empecilhos. Dizia, no início, que sua função era a de “acabar com a era Vargas”. A tradução literal disso deve ser entendida da seguinte maneira: era preciso acabar com todos os resquícios daquele Estado nacional que foi instalado no Brasil a partir de 1930 e que, com enormes déficits, esteve sempre voltado para a construção nacional do país e para projetos visando estender os direitos sociais das populações. Era preciso sobretudo acabar com os chamados “privilégios” dos trabalhadores, com os sistemas sociais de aposentadorias e pensões, com os direitos trabalhistas arduamente conquistados de 1930 até 1964, e apenas para os trabalhadores urbanos. Dito de outra maneira, era preciso voltar aos tempos em que o Estado sequer se dizia voltado para o público e em que o capital imperava sobre o trabalho.

A modernidade portanto almejada, sob o argumento de ir para frente, voltava atrás na história, voltava a antes da era Vargas, inaugurada com a Revolução de 30. Queria limpar da face do país a única tentativa de modernizá-lo - modernizar no sentido progressista de humanizar e de estender direitos sociais - tentativa que evoluiu lentamente até ser abortada pelo golpe militar de 1964. É de se notar que todo o progresso da legislação trabalhista restringia-se, até aquele momento, ao mundo urbano. E que um dos grandes argumentos da direita para o golpe militar eram as

chamadas “Reformas de Base” do governo Goulart, dentre as quais se destacava a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo.

Assim sendo o neoliberalismo teve um certo trabalho para eliminar as conquistas sociais dos trabalhadores urbanos, mas no campo deparou-se com uma estrutura fundiária já pronta desde sempre, pela extrema concentração de terras em poucas mãos. Não teve necessidade de voltar atrás e de eliminar “eras”, pois a estrutura permanecera intocada. O Brasil neoliberal reencontrou-se, assim, com seu passado redivivo, agora passível de ser utilizado em prol da modernidade.

Qual é o significado, para o Brasil, dessa estrutura fundiária e de sua história? Até 1930 o país era essencialmente rural, toda a vida econômica e social desenvolvendo-se à volta da economia cafeeira. Depois dessa data o país industrializou-se, porém até às vésperas do golpe militar de 1964 a maioria da população ainda vivia no campo, daí porque a reforma agrária era então uma proposta incendiária.

Porém o que significa dizer-se que o Brasil era rural? Um historiador, cuja interpretação do Brasil já constitui uma perspectiva clássica, Sérgio Buarque de Holanda, definiu, na década de 30, o sistema de exploração agrícola que aqui se instalou com uma “civilização de raízes rurais”, completamente diferente de uma “civilização tipicamente agrícola”. Na “civilização agrícola” predomina a pequena propriedade trabalhada essencialmente pela família, os agricultores, que têm a posse ou a propriedade dos seus instrumentos de trabalho e da terra, alimentam um grande amor pela sua atividade e, por isso mesmo, preocupam-se com o desenvolvimento das técnicas agrícolas. No Brasil a atividade rural avassaladoramente preponderante era a grande propriedade agro-exportadora e monocultora. Quem trabalhava a terra - os escravos - não tinham nem a posse, nem a propriedade da terra, dos instrumentos de trabalho e até de si mesmos. Não podiam alimentar qualquer amor pela atividade de plantar que lhes era imposta sob pena de duros castigos. Quem tinha a propriedade da terra - os senhores rurais - não a trabalhava e não a amava. A terra era de graça: de queimada em queimada, de grilagem em grilagem, abandonavam-se as terras fatigadas e tomava-se posse de outra porção. Tampouco interessava ao senhor rural a implementação de tecnologias porque o braço escravo era farto, o escravo servia ao senhor para tudo. Daí porque, pela sua natureza

perdulária, Buarque de Holanda assimilava a fazenda agro-exportadora, em grande parte, à mineração. Assim sendo, a terra que servia de base para a “civilização de raízes rurais” não tinha valor para nenhuma das classes principais com ela envolvidas⁵.

A atual tentativa de transformar os velhos latifúndios em grandes empreendimentos para a exportação tampouco é novidade na história do Brasil. Outro grande historiador, parâmetro de muitos estudos históricos, Caio Prado Júnior, já havia definido, na década de 40, a fazenda monocultora como uma “empresa”, integrada, desde os primórdios da colonização portuguesa, no ciclo de acumulação mundial de capital comercial. Usando necessariamente mão-de-obra escrava, a propriedade agro-exportadora colocou-se no circuito de compra de escravos e venda do produto monocultor, primeiro o açúcar, depois o café. Se de um lado foram as circunstâncias do momento da acumulação de capital que orientaram o modo de organização da produção rural no Brasil, de outro, uma vez definido esse modo, ele passou a orientar o sentido da colonização e a estrutura social. Classes e sociedade estavam organizadas para a produção para o exterior. A alimentação das populações era pobre porque todos os esforços estavam voltados para fora. Nos momentos de crise de exportação, terras e braços podiam voltar-se para produzir alimento e comia-se melhor⁶.

A estrutura das classes sociais também foi forjada por este modo de organização da exploração agrícola. No topo da pirâmide social os homens com propriedade e suas famílias. Na base a escravaria, sem direito algum. E no meio uma importante camada de população, livre, porém sem propriedade. Como todo o sistema social estava organizado em torno da escravidão e da propriedade de terras e escravos, não havia espaço social para que o trabalho livre fosse respeitado. O trabalho era um opróbrio, digno apenas para a base escala social, a classe “abjeta” dos escravos. A classe dos homens livres pobres irá constituir, no campo e nas cidades, aquela camada de pessoas que, para existir, trabalhar e conservar-se honrada, devia obter o favor dos senhores rurais. Daí nasceram alguns dos fenômenos mais interessantes da vida mental e material dos brasileiros, entre outros o coronelismo e o mandonismo.

Ao longo da história do Brasil esta estrutura de classes foi sendo conservada - inclusive a instituição do favor dos

“Assim sendo o neoliberalismo teve um certo trabalho para eliminar as conquistas sociais dos trabalhadores urbanos, mas no campo deparou-se com uma estrutura fundiária já pronta desde sempre, pela extrema concentração de terras em poucas mãos. (...) O Brasil neoliberal reencontrou-se, assim, com seu passado redivivo, agora passível de ser utilizado em prol da modernidade.”

de cima como modo de ascensão social - ao sabor de transformações sem mudanças radicais. A Independência nacional, em 1822, foi comandada pelo filho do rei de Portugal, ficando tudo em família. Quando D. Pedro I foi obrigado a abdicar, em 1831, a aliança com a metrópole portuguesa, já então corroída por verdadeiro liberalismo e anticlericalismo, foi rompida, desnudando o apego inabalável das elites ao instituto da escravidão. Quase sete décadas foram gastas para que essas elites, enfim, abolissem a escravidão, em 1888. E quando isso foi feito, os ex-escravos foram abandonados à sua própria sorte, indo constituir o universo do pobres e miseráveis, hoje, os excluídos.

Mas a escravidão permaneceu, para além de sua institucionalidade, como uma segunda natureza dos brasileiros, que incorporaram no fundo de seu subconsciente a desigualdade social como uma marca indelével separando os ricos e os pobres. A idéia de que os indivíduos nascem todos iguais e com os mesmos direitos permanece sendo algo irreal e abstrato em uma nação dividida entre os cidadãos de primeira e de segunda categoria. A desigualdade foi inscrita a ferro e fogo na mentalidade nacional⁷.

Por essa razão, a desigualdade social que faz do Brasil um dos campeões mundiais nesse aspecto, não é enxergada pelos brasileiros. Eles podem ver uma criança sozinha e abandonada na rua, mas não enxergam nisso nenhuma injustiça social. Faz parte da ordem natural das coisas que haja pessoas na miséria, bem ao lado da escandalosa ostentação do consumismo. O miserável não faz parte da mesma nação dos ricos. É preciso que algum organismo internacional publique estatísticas que coloquem o Brasil na última escala do bem-estar social para que a desigualdade seja então enxergada.

Pela mesma razão o incrível desequilíbrio da estrutura fundiária em favor do latifúndio não constitui escândalo. Embora a Constituição Brasileira, defina que “a propriedade atenderá a sua função social”⁸, a mentalidade brasileira está embebida pelos direitos inalienáveis de propriedade que herdou do período escravista. Com base em elementos de uma legislação variada, foi consagrada, a partir do fim do regime militar, a idéia de que apenas o latifúndio “improdutivo” - vale dizer, terras abandonadas - seria passível de desapropriação para a reforma agrária. Esta idéia não leva em consideração que a existência em larga escala do latifúndio produtivo voltado para a exportação desequilibra a política agrária a seu favor, inviabilizando a pequena propriedade. Corrigindo este equívoco está sendo encaminhada, pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça do Campo, uma campanha por uma emenda constitucional que limite

qualquer propriedade agrícola a 35 módulos fiscais (uma medida que limitaria os estabelecimentos a cerca de 2000 hectares no Norte e no Nordeste, e a 700 no Sul e no Sudeste). Se olharmos o tempo que a escravidão levou para ser abolida, pode-se esperar o resultado dessa campanha para daqui a algumas décadas, a não ser que haja mobilização e conscientização de que esta estrutura fundiária é um escândalo.

Na verdade, onde predomina o latifúndio, predomina a desigualdade entre patrões e trabalhadores sem direitos sociais. O meio-ambiente é devastado pelas necessidades de lucro imediato. O meio social fica rarefeito, desertificado, pela utilização maciça de maquinaria, sem qualquer atenção ao desemprego. A vida rural expressa-se pela exploração e pela humilhação. Já as qualidades mais democráticas da pequena propriedade são evidentes. A solidariedade dos membros da família em torno das condições de trabalho e de produção, o plantio voltado para o consumo da região, a vida girando em torno de uma comunidade de famílias de membros relativamente menos desiguais conformam núcleos sociais densos de humanidade.

■ Notas

1 “Sem terra, com idéias”, *Reportagem*, São Paulo, nº 10, maio de 2000, pp. 38-42.

2 Trata-se simplesmente de tomar posse de terras pertencentes ao Estado, portanto sem dono, forjando depois em um cartório, um título de propriedade e “envelhecendo-o” ao contacto, em uma gaveta fechada, com grilos.

3 O absurdo era tão grande que os advogados do MST conseguiram que o julgamento fosse anulado.

4 *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, pp. 18-41.

5 Sobre os desdobramentos teóricos dessa distinção, ver Angela Mendes de Almeida, “Notas de leitura sobre uma visão histórica do campo”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 40, 1996, pp. 13-29.

6 Caio Prado Junior, *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

7 Ver Angela Mendes de Almeida, “Violência e cordialidade no Brasil”, *Estudos - Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 9, 1997, p. 130.

